

TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO N.º 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOCS: 2026-6L19D

TERMO DE FOMENTO N.º 024/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO - ADERES E A ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE VILA NOVA DE COLARES.

A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO – ADERES – autarquia da Administração Pública Indireta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº 01.683.866/0001-07, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 714, 5º andar. Ed.RS Trade Tower, Praia do Canto, Vitória/ES, neste ato representado pelo Diretor Geral **ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO**, brasileiro, casado, nomeado(a) pelo Decreto nº 261-S, de 01 de janeiro de 2019, publicada no DIO de 02 de janeiro de 2019, brasileiro, casado, portador da Matrícula Funcional nº 3198863, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL** e a **ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE VILA NOVA DE COLARES**, inscrita no CNPJ sob nº 14.989.524/0001-61, com sede na Av Colares Junior, Vila Nova De Colares, Serra/ES, CEP: 29.172-810, neste ato representado pelo Sr. **GLEIDSON DE JESUS SANTOS**, conforme atos constitutivos apresentados nos autos, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2026-6L19D** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Termo de Fomento, tem por objeto o projeto “Vocês têm necessidade de quê?”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1. O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados,



bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$200.000,00(duzentos mil reais) divididas em 02(duas) parcelas, sendo:

3.1.1 - 1º (primeira) parcela no valor de R\$100.000,00(cem mil reais), em julho de 2026;

3.1.2 - 2º (segunda) parcela no valor de R\$100.000,00(cem mil reais), em setembro de 2026;

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de **R\$200.000,00(duzentos mil reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 10.49.203.23.691. 0035. 2064, UG 490203, Gestão ADERES, conforme discriminação abaixo:

Fonte 1500, ED 335041 – CONTRIBUIÇÕES, R\$200.000,00.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou

pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **31/01/2027**.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do telefone: (27) 3636-8552 e E-mail: gabinete@aderes.es.gov.br, no prazo máximo de 30(trinta) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V – Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;



II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

10.4 - Da Proteção de Dados Pessoais:

10.4.1 - Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os partícipes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto

Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

10.4.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar, ao longo de toda a vigência da parceria, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

10.4.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá:

10.4.1.2.1. Notificar imediatamente a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL;

10.4.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

10.4.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

10.4.2. Necessidade. Os partícipes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

10.4.2.1. Os partícipes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste ajuste e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

10.4.2.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

10.4.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.4.3.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá notificar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

10.4.3.2. Os partícipes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

10.4.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

10.4.5. Responsabilidade. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este ajuste, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL em seu acompanhamento.

10.4.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, não exime a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL das obrigações decorrentes deste ajuste, permanecendo integralmente responsável perante a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

10.4.5.2. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve colocar à disposição da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

10.4.5.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve auxiliar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste ajuste.

10.4.5.4. Se a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL constatar que dados pessoais foram utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste ajuste, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do ajuste e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

10.4.6. Eliminação. Extinto o ajuste, independentemente do motivo, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20(vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente

Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento Termo de Fomento nº 003/2025 - Processo Administrativo E-Docs nº 2025-6F8C4 - 18 de 19



de Dados Pessoais no âmbito do Termo ("Legislação de Proteção de Dados Aplicável").

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 01 de julho de 2026.

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR GERAL – ADERES

GLEIDSON DE JESUS SANTOS
ASSOCIACAO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE VILA NOVA DE
COLARES



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

LEI 13.019/2014

A – PROPONENTE			
I – ENTIDADE			
Denominação: Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares			
CNPJ: 14.989.524/0001-61.			
Endereço: Av. Colares Junior, S/N - Vila Nova De Colares - Serra - ES - CEP: 29.172-810.			
Cidade: Serra		UF: ES	CEP: 29.172-810.
DDD: (27)	Telefone:	Celular: 9.9573-0623	
E-mail: amperegional@gmail.com			
Site:			
II - DADOS BANCÁRIOS			
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	Praça de Pgto:
III - DO RESPONSÁVEL PELA ENTIDADE			
Nome completo: Gleidson de Jesus Santos			
CPF: 136.152.937-70		RG/Órgão Expedidor: 3.621.660 SPTC ES	
Endereço: Rua Moreira Cesar, 103 - Vila Nova de Colares - Serra - ES.			
Cidade/Estado: Serra		UF: ES	CEP: 29.172-838.
E-mail: gleidsonjs4547@gmail.com		Telefone:	Celular: (27) 9.9694-1248
Cargo: Presidente	Reeleito em: 27/09/2022		Vencimento do Mandato: 26/09/2026
IV - DO RESPONSÁVEL PELA PARCERIA			
Nome Completo: Gleidson de Jesus Santos			
Telefone:		Celular: (27) 9 9694-1248	
E-mail: gleidsonjs4547@gmail.com			
CPF: 136.152.937-70		RG/Órgão Expedidor: 3.621.660 SSP ES.	
Cargo: Coordenador do Projeto		Formação Profissional:	



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

Destaca-se que os resultados da pesquisa constituirão um patrimônio informacional para as comunidades envolvidas, contribuindo para a promoção de debates construtivos e para o fortalecimento do desenvolvimento local.

Adicionalmente, o projeto prevê a inserção e/ou atualização dos empreendimentos no **Google Empresas**, com a criação de perfis atrativos, incluindo fotos, descrição de serviços e produtos, bem como a correta configuração das informações comerciais. Também será oferecido treinamento aos empreendedores, de modo a capacitá-los para a gestão e manutenção de seus perfis digitais, garantindo autonomia após a conclusão do projeto.

A **Associação das Micro e Pequenas Empresas da Região de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa (AMPE)** é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado e **sem fins lucrativos**, tendo por finalidade promover a união, o fortalecimento e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, dos microempreendedores individuais (MEI) e dos agentes produtivos urbanos e rurais em todo o Estado do Espírito Santo. Seu objeto social compreende a promoção do desenvolvimento empresarial por meio de ações de capacitação, consultoria, assessoria, articulação institucional, celebração de parcerias, incentivo ao empreendedorismo, à economia solidária, ao desenvolvimento local e à inclusão produtiva, visando ao fortalecimento dos seus associados e ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Essa iniciativa representa uma inovação relevante, ao possibilitar maior visibilidade aos pequenos negócios, facilitando o acesso dos clientes às informações e ampliando as oportunidades de mercado. Trata-se de uma ferramenta que, até então, era predominantemente utilizada por empreendimentos de maior porte, em razão dos custos envolvidos. Com isso, o projeto contribui para aproximar empreendedores e consumidores, promovendo maior dinamismo econômico nos territórios atendidos.

III – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A partir dos dados públicos disponibilizados pela Receita Federal até março de 2026, foi possível identificar o perfil empresarial dos bairros Feu Rosa e Vila Nova de Colares, localizados no município de Serra-ES. No total, foram registradas 4.195 empresas, das



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

quais 1.883 encontram-se baixadas, evidenciando uma taxa de mortalidade empresarial de aproximadamente 45%. Adicionalmente, 539 empresas apresentam cadastro irregular, o que corresponde a cerca de 13% do total analisado.

Considerando apenas as empresas ativas, observa-se um total de 2.312 organizações, das quais 1.525 estão enquadradas como Microempreendedores Individuais (MEI), representando aproximadamente 66% das empresas em operação, enquanto as demais 787 empresas (34%) não se enquadram nesse regime. Esse resultado evidencia uma forte predominância de pequenos empreendimentos individuais na estrutura produtiva local.

No que se refere à composição setorial, verifica-se elevada concentração no setor de serviços, que reúne 1.349 empresas (58%), seguido pelo comércio varejista, com 774 empresas (33%). Os demais setores possuem participação significativamente menor, destacando-se a indústria (6%), o comércio atacadista (2%), atividades de aluguel (1%) e o setor imobiliário, com participação residual.

A análise desses dados permite identificar problemas estruturais relevantes no ambiente de negócios local. A elevada taxa de mortalidade empresarial (45%) sugere fragilidade na sustentabilidade dos empreendimentos, possivelmente associada a limitações de gestão, restrições de acesso a crédito, baixa capacitação empreendedora e elevada exposição a instabilidades econômicas. De forma complementar, o contingente de empresas com cadastro irregular (13%) evidencia dificuldades no cumprimento de obrigações fiscais e administrativas, o que pode restringir o acesso dessas organizações a políticas públicas, crédito formal e oportunidades de crescimento.

Outro aspecto central refere-se à elevada concentração de empresas enquadradas como MEI (66%), o que, embora represente avanço no processo de formalização, também indica a predominância de negócios de baixa escala, com limitada capacidade de crescimento, inovação e geração de empregos formais. Esse cenário revela não apenas a fragilidade individual dos empreendimentos, mas também a existência de uma massa significativa de agentes econômicos que, apesar de atuarem de forma atomizada, compartilham desafios estruturais semelhantes, tais como dificuldades de gestão, acesso a mercados, crédito,



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

qualificação e regularização.

Entretanto, observa-se a ausência de mecanismos de coordenação coletiva capazes de articular esses empreendedores em torno de demandas comuns. A inexistência de estruturas organizadas — como associações, redes de cooperação ou iniciativas institucionais de integração — limita a capacidade desses agentes de transformar necessidades individuais em soluções coletivas, o que poderia gerar ganhos de escala, redução de custos, fortalecimento da competitividade e melhoria do ambiente de negócios local. Nesse contexto, a fragmentação do tecido empresarial atua como um fator adicional de vulnerabilidade, impedindo que potenciais benefícios coletivos sejam internalizados pelos empreendedores.

Em síntese, os resultados apontam para um ambiente empresarial caracterizado por elevada rotatividade, fragilidades institucionais, dependência de microempreendimentos individuais e baixa coordenação coletiva, o que reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas não apenas ao fortalecimento individual dos empreendedores, mas também à promoção de mecanismos de articulação, cooperação e desenvolvimento econômico territorial.

IV - JUSTIFICATIVA

A realização do projeto “**Você tem necessidade de quê?**” justifica-se pela relevância econômica e social dos pequenos empreendedores nos bairros Feu Rosa e Vila Nova de Colares, no município de Serra-ES. Esses empreendimentos desempenham papel essencial na geração de renda, na oferta de bens e serviços à população local e na dinamização da economia dos territórios. No entanto, muitos desses negócios operam com limitações estruturais, ausência de planejamento e dificuldades de acesso a informações estratégicas que orientem sua gestão e crescimento.

Nesse contexto, observa-se uma lacuna importante no que se refere à disponibilidade de dados sistematizados sobre as reais necessidades desses empreendedores. A ausência de diagnósticos locais dificulta a elaboração de ações efetivas por parte de instituições



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

públicas, privadas e do terceiro setor, que muitas vezes desenvolvem iniciativas desconectadas das demandas concretas do território.

Dessa forma, o projeto se justifica pela necessidade de produzir informações qualificadas, por meio de uma pesquisa aplicada, capaz de identificar, de forma objetiva, os principais desafios enfrentados pelos empreendedores, especialmente no que diz respeito ao aumento das vendas, à melhoria da lucratividade e à gestão administrativa dos negócios. A sistematização desses dados permitirá não apenas compreender a realidade local, mas também subsidiar a formulação de políticas, programas de capacitação e ações de apoio mais assertivas e alinhadas às demandas reais.

Adicionalmente, a proposta de inserção e qualificação dos empreendimentos em plataformas digitais, como o Google Empresas, reforça a importância do projeto no contexto da transformação digital dos negócios. A presença online tornou-se um fator determinante para a competitividade, e muitos pequenos empreendedores ainda se encontram à margem desse processo, seja por desconhecimento, seja por limitações técnicas ou financeiras.

Portanto, o projeto apresenta relevância ao promover não apenas o diagnóstico das necessidades, mas também ações práticas que contribuem para o fortalecimento dos empreendimentos locais, ampliando sua visibilidade, competitividade e sustentabilidade. Ao mesmo tempo, os resultados gerados constituem um instrumento de apoio à tomada de decisão para diferentes atores envolvidos no desenvolvimento econômico local, consolidando-se como um patrimônio informacional estratégico para as comunidades atendidas.

V - OBJETIVOS

Objetivo Geral do projeto:

Promover o fortalecimento, a formalização e a inserção digital dos empreendedores de Vila Nova de Colares e região, contribuindo para a geração de renda, sustentabilidade dos negócios e desenvolvimento econômico local.



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

Objetivos Específicos do projeto
1 - Realizar o diagnóstico de necessidades dos empreendedores do território. 2 - Promover a inserção digital dos empreendimentos locais. 3 - Apoiar a formalização de empreendedores em situação de informalidade. 4 - Estimular o associativismo e a articulação coletiva entre os empreendedores. 5 - Sistematizar e divulgar resultados.
VI – PÚBLICO BENEFICIÁRIO
- Empreendedores, empreendimentos, lojistas, ambulantes, autônomos, produtores, grupos de produção, economia solidária e lideranças do movimento popular.
VII – ÁREA DE ABRANGÊNCIA
- Vila Nova de Colares, Feu Rosa, Ourimar, Nova Zelândia, Alterosas, Portal de Jacaraípe, e Castelândia.
VIII - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
As comunidades serão envolvidas no projeto com relação ao alcance de conhecimento da existência do “Identidade do Empreendedor”, eles auxiliam na divulgação do projeto, e interagem quanto a identificar empreendedores interessados, principalmente aqueles que trabalham com produção e vendas em casa. Os moradores também acompanham as ações das equipes, dando maior credibilidade ao trabalho, são eles que também ajudam a divulgar os resultados.
IX - ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS
Associação de moradores de Feu Rosa, Associação de Moradores de Vila Nova de Colares, Associação de Micro e Pequenas Empresas de Feu Rosa, ADERES.
X – RESULTADOS ESPERADOS
1 - Elaboração e sistematização de diagnóstico estruturado das necessidades empresariais do território, permitindo a identificação de demandas comuns e oportunidades de intervenção. 2 -Ampliação da presença digital dos pequenos negócios locais, com aumento da visibilidade, acesso a clientes e inserção em canais digitais de comercialização. 3 - Redução dos níveis de informalidade no território, por meio do avanço no processo de formalização de empreendedores.



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

4 - Estímulo à organização coletiva dos empreendedores, favorecendo o compartilhamento de demandas comuns e o desenvolvimento de soluções conjuntas para desafios estruturais do território.

5 - Estímulo ao desenvolvimento econômico e à geração de renda no território.

XI - DETALHAMENTO METODOLÓGICO

Etapas	Objetivos Específicos	Ações	Metas	Resultados Esperados
1	Realizar o diagnóstico de necessidades dos empreendedores do território.	Elaboração de questionário; Mobilização; Execução de entrevistas presenciais e Tratamento de respostas.	600 entrevistas realizadas.	Elaboração de diagnóstico estruturado das necessidades empresariais.
2	Promover a inserção digital de empreendimentos locais.	Capacitação básica; Coleta de dados de empreendimentos; Criação e ativação dos perfis no <i>Google Empresa</i> ; Orientação de uso.	350 Perfis criados.	Ampliação da presença digital dos negócios.
3	Apoiar a formalização de empreendedores em situação de informalidade.	Orientação sobre formalização; Encaminhamento aos órgãos competentes; Acompanhamento.	50 Formalizações efetivadas.	Redução dos níveis de Informalidade.
4	Estimular o associativismo e a articulação coletiva entre os empreendedores	Divulgação da AMPE; Reuniões de sensibilização; Atendimento individual.	90 novos associados.	Estímulo à organização coletiva institucional dos empreendedores.
5	Sistematizar e divulgar resultados.	Elaboração de relatório final; Apresentação Pública; Divulgação aos órgãos competentes.	01 Relatório técnico.	Estímulo ao desenvolvimento econômico

X – COMO SE DARÁ O PROCESSO DE AVALIAÇÃO?

O monitoramento e a avaliação serão realizados de forma contínua durante toda a execução do projeto, com base no acompanhamento das metas estabelecidas para cada objetivo específico.

Serão utilizados instrumentos quantitativos e qualitativos, tais como:

- a) - listas de presença
- b) - formulários de entrevistas
- c) - registros administrativos
- d) - relatórios técnicos
- e) - comprovantes de formalização
- f) - registros fotográficos
- g) - base de dados dos perfis digitais criados



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

h) - fichas de associação

i) - relatórios de atividades

A avaliação considerará: cumprimento das metas numéricas, qualidade das ações realizadas, impacto nos empreendimentos atendidos, efetividade das estratégias adotadas.

Ao final, será produzido relatório conclusivo contendo análise dos resultados alcançados, dificuldades encontradas e recomendações para futuras intervenções.

MATRIZ DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivo Específico	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fonte de Informação	Formas de coleta de dados	Responsável pela coleta	Periodicidade
Realizar o diagnóstico de necessidades dos empreendedores do território.	600 entrevistados	Qualidade das informações obtidas.	Questionários aplicados.	Entrevistas e registros.	Equipe técnica.	Durante execução.
Promover a inserção digital de empreendimentos locais.	350 inserções de negócios em plataforma digital	Nível de utilização da plataforma.	Base digital do Google.	Monitoramento online.	Equipe técnica.	Mensal.
Apoiar a formalização de empreendedores em situação de informalidade.	50 formalizações de empreendedores	Regularidade da situação fiscal.	Documentos oficiais.	Conferência documental.	Equipe Técnica.	Mensal.
Estimular o associativismo e a articulação coletiva entre os empreendedores	90 novos associados a AMPE	Engajamento institucional.	Fichas de associação.	Registro administrativo.	Coordenação.	Mensal.
Sistematizar e divulgar resultados.	01 relatório elaborado.	Qualidade da análise produzida.	Relatório técnico.	Consolidação de dados.	Coordenação.	Final.



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feú Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

XI – QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA								
EQUIPE TÉCNICA								
Cargo	Nº de Profissionais	Escolaridade		Atribuições	Já trabalha na instituição?		Período de Contratação (meses)	Natureza de Trabalho (CLT por tempo determinado ou indeterminado ou contrato de estágio)
		SUPERIOR	MÉDIO		Sim	Não		
Coordenador	1	X		-Responsável por gerir a equipe de trabalho, dados e levantamentos, acompanhar o andamento da execução do plano de trabalho, apresentar prestação de contas.	X		6 meses	Pessoa Jurídica
Entrevistadores.	02		X	-Responsável por entrevistar os empreendedores e, entrega dos formulários a coordenação.		X	6 meses	Pessoa Jurídica
Motorista com veículo.	1		X	- Responsável pela locomoção da equipe e da coordenação.		X	6 meses	Pessoa Jurídica
Empresa responsável em inserir empresas no Google Empresa.	1	X		- Responsável por inserir os empreendimentos no Google Empresa, produzir imagens e textos atrativos no perfil.		X	6 meses	Pessoa Jurídica
Empresa para publicidade.	1	X		-Responsável por dar publicidade ao projeto e suas ações.		X	6 Meses	Pessoa Jurídica
Contabilidade.	1	X		- Responsável pela contabilidade do projeto	X		6 Meses	Pessoa Jurídica

Av. Colares Júnior sn, Vila Nova de Colares – CEP 29.172-810, Serra/ES
E-mail: amperegional@gmail.com



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA 2026

Objetivos Específicos	Ações	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06
Realizar o diagnóstico de necessidades dos empreendedores do território.	- Elaboração de questionário. - Mobilização. - Entrevistas presenciais. - Sistematização dos dados.	X	X	X	X	X	X
Promover a inserção digital de empreendimentos locais.	- Capacitação básica. - Coleta de dados. - Criação e ativação dos perfis. - Orientação de uso.			X	X	X	X
Apoiar a formalização de empreendedores em situação de informalidade.	- Orientação sobre formalização. - Encaminhamento aos órgãos competentes - Acompanhamento.				X	X	X
Estimular o associativismo e a articulação coletiva entre os empreendedores	- Divulgação da AMPE. - Reuniões de sensibilização. - Atendimento individual.					X	X
Sistematizar e divulgar resultados.	- Elaboração de relatório final. - Apresentação pública. - Divulgação aos órgãos competentes.						X

XII – ORÇAMENTO

O orçamento do presente projeto refere-se a apoiar a execução do projeto "Vocês têm necessidade de quê ?" que será executado pela AMPE - Vila Nova Colares.

Para a definição do valor estimado, serão apresentados 03 (três) orçamentos, os quais subsidiarão a elaboração do mapa comparativo de preços, assegurando a compatibilidade com os valores praticados no mercado e a observância dos princípios da economicidade e da adequada aplicação dos recursos públicos, conforme a Lei nº 13.019/2014.

A aplicação dos recursos ocorrerá conforme o plano de aplicação aprovado, com o devido registro documental para fins de controle, monitoramento e prestação de contas junto à ADERES.

Valor total do projeto: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO REPASSE

Mês de repasse	Total
Julho de 2026	R\$ 100.000,00
Setembro/2026	R\$ 100.000,00



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feui Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS (R\$)							
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DE DESPESA	QUANT.	ESTIMATIVA DE CUSTO			
				UNIDADE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ACUMULADO (R\$)
Remuneração do Coordenador do projeto no Regime de MEI.	01 Coordenador a ser contratada		6	Mês	3.000,00	3.000,00	18.000,00
Remuneração de entrevistador no regime MEI.	02 Entrevistadores a serem contratados.		6	Mês	2.000,00	4.000,00	24.000,00
Pagamento de uma empresa para inserir/atualizar empreendimentos no Google Empresa, em regime ME.	01 Empresa a ser contratada.		6	Mês.	16.266,67	16.266,67	97.600,00
Remuneração de profissional contábil no regime ME.	Contador já atua na entidade.		6	Mês	700,00	700,00	4.200,00
Pagamento de contrato de veículo com motorista.	01 Empresa a ser contratada.		6	Mês	5.000,00	5.000,00	34.200,00
Pagamento de contrato com uma empresa serviços de publicidade.	01 Empresa a ser contratada.		6	Mês	2.000,00	2.000,00	12.000,00
Pagamento de contrato para serviço de confecção do plano de trabalho.	01 Empresa a ser contratada.		1	Mês	10.000,00	10.000,00	10.000,00
TOTAL.							200.000,00

Av. Colares Júnior sn, Vila Nova de Colares – CEP 29.172-810, Serra/ES
E-mail: amperegional@gmail.com



Associação das Micro e Pequenas Empresas de Vila Nova de Colares e da Região de Feu Rosa
CNPJ: 14.989.524/0001-61

DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a **ADERES - Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que não existe qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidades da Administração Pública Estadual, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Serra (ES), 01 de julho de 2026.

Gleidson de Jesus Santos

Presidente Associação das Micro e Pequenas Empresas

APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Vitória (ES), 01 de julho de 2026.



CNPJ : 14.989.524/0001-61

Alberto Farias Gavini Filho

Diretor Geral - Aderes

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO

DIRETOR-GERAL

ADERES - ADERES - GOVES

assinado em 01/07/2026 10:56:09 -03:00

GLEIDSON DE JESUS SANTOS

CIDADÃO

assinado em 01/07/2026 11:46:46 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/07/2026 11:46:47 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por SAMARA RAMOS SABINO (ASSESSOR TECNICO I AD-07 - ADERES - ADERES - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-TG61R4>

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALBERTO FARIAS GAVINI FILHO
DIRETOR-GERAL
ADERES - ADERES - GOVES
assinado em 01/07/2026 12:51:03 -03:00

GLEIDSON DE JESUS SANTOS
CIDADÃO
assinado em 01/07/2026 13:00:44 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 01/07/2026 13:00:44 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por SAMARA RAMOS SABINO (ASSESSOR TECNICO I AD-07 - ADERES - ADERES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-FBX7C6>